

VI Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Valdivia, 2007.

En los Límites de la Frontera Oeste. Etnografía Histórica de los Puestos Indígenas del SPI en Mato Grosso (Brasil).

Lucybeth Camargo de Arruda.

Cita:

Lucybeth Camargo de Arruda (2007). *En los Límites de la Frontera Oeste. Etnografía Histórica de los Puestos Indígenas del SPI en Mato Grosso (Brasil)*. VI Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Valdivia.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/vi.congreso.chileno.de.antropologia/147>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eCzH/Ucq>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

ANTROPOLOGÍA HISTÓRICA DE LOS MÁRGENES DE AMÉRICA

COORDINADORES: JIMENA OBREGÓN ITURRA Y JOSÉ MANUEL ZAVALA CEPEDA

COMENTARISTAS: GUILLAUME BOCCARA Y JORGE PINTO RODRÍGUEZ



PARTE I: ESTADOS NACIONALES Y DINÁMICAS LOCALES DE ADAPTACIÓN Y RESISTENCIA

En los Límites de la Frontera Oeste. Etnografía Histórica de los Puestos Indígenas del SPI en Mato Grosso (Brasil)

*On the Edge of the West Frontier. Historical Ethnography of the «SPI»
Indigenous Reductions in Mato Grosso (Brazil)*

Lucybeth Camargo de Arruda*

Resumen

Creado para operar junto a los indígenas de Brasil, el SPI – «*Serviço de Proteção aos Índios*» - fue fundamental para mediar en los conflictos existentes entre grupos indígenas y no-indígenas y, de esa forma, permitir el poblamiento colonizador al inicio del siglo XX, a partir de 1910. En ese contexto histórico-social, el objetivo es esbozar una etnografía histórica de los frentes de contacto del SPI y de los frentes de expansión con los pueblos indígenas en el Estado de Mato Grosso – frontera oeste -, enfocándose en las relaciones producidas (conflictos y enfrentamientos generados, dinámicas de movimiento territorial, negociaciones, retrocesos y aproximaciones).

Palabras Claves: Puestos Indígenas, Frentes de Contacto, Frentes de Expansión, Mato Grosso (Brasil).

Abstract

Created to act by the Brazilian Indians, the «SPI» – Indian Protection Service – was essential to solve the existent conflicts between the indian and non indian groups, and so, allow the colonizer settlement, in the beginning of the 20th century, since 1910. In this social-historical context, the aim is to sketch an historical ethnography of the «SPI» and contact fronts and of the expansion fronts with the West frontier – Mato Grosso's indigenous people, focusing the produced relations (the conflicts created, the dynamics of the territorial moving, the negotiations, the retreat and the approximation).

Keywords: Indigenous Reductions, Contact Fronts, Expansion Fronts, Mato Grosso (Brazil).

* Aluna do Programa de Doutorado em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Bolsista FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – Brasil. E-mail: lucybeth.arruda@gmail.com

A Fronteira Oeste do Brasil, que engloba todo o território de Mato Grosso e parte do Norte, passou a ser descortinada no século XVIII, no processo de busca pela conquista territorial, exploração do ouro e preamento de índios. Mesmo com a incursão da Coroa Portuguesa, que chegou até a margem esquerda do Rio Guaporé, esses limites só ganharam força com o avanço das frentes de expansão no início do século XX, com uma política de aldeamento para os índios e outra de incentivo de expansão territorial e comercial para os colonizadores. Essa espacialização - fronteira oeste - era denominada de sertão, explicitando uma visão de lugar hostil, habitado por índios «selvagens» e que necessitava de uma investida por parte do governo brasileiro a fim de ser integrada, juntamente com esses grupos indígenas aos moldes da civilidade da nação em processo de consolidação. Criado para atuar junto aos índios, o Serviço de Proteção Indígena para Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi fundamental para mediar os conflitos existentes entre índios e não-índios e, assim, permitir o povoamento colonizador. Nesse contexto histórico-social, me interessa fazer uma etnografia de criação dos postos indígenas, as frentes de contato do SPI com os povos indígenas, estando atenta às relações produzidas a partir desse contato e da delimitação do espaço para a instalação dos postos de pacificação. Entre as minhas questões: quais os conflitos e confrontos gerados, a movimentação territorial, as negociações, os recuos e as aproximações dos agentes do SPI e das frentes de expansão (fazendeiros, pequenos agricultores, seringueiros, garimpeiros, entre outras categorias sociais) com os povos indígenas dessa região. O recorte temporal deste trabalho é do século XX – especificamente a partir de 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), no espaço, que é hoje, o estado de Mato Grosso, devendo seguir até 1950. Nesse período, a abertura dos sertões e a redefinição territorial faziam parte de um programa nacional que visava consolidar o Brasil enquanto Estado soberano.

Povoamento, ocupação, integração constituem os novos movimentos da Nação em busca de sua plenitude. (...) O espaço físico unificado constitui o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apóiam: a unidade étnico-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento de ser brasileiro (Lenharo, 1986:57).

Devido a esse projeto maior de nação, a Fronteira Oeste foi o alvo do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) que tinha como objetivos não só a «pacificação» dos índios «hostis», como também lhe cabia dar: *Assistência, ensino e providenciar de toda a natureza de modo a apressar sem nenhuma (sic) coação, a emancipação dos índios e sua digna incorporação na sociedade brasileira, saudáveis do corpo e capazes do trabalho livre*¹.

Centrado na 1ª República, no tempo de Cândido Mariano Rondon², o Estado previa um auspicioso planejamento e esquadramento das raias brasileiras, em especial da fronteira oeste, transformando os territórios indígenas em aldeias (espaços recortados e delimitados) e mantendo os índios sob o poder tutelar³, segundo os moldes da urbanidade requeridos pelo projeto civilizatório, com (...) *os índios nas suas casinholas de telha e até luz elétrica, as vacas leiteiras pastando no campestre aramado, limitado pelas águas dos rios Paraguai e Bugres*⁴ (Cabral, 1963:281). Esse projeto ideológico desencadeado por Rondon evidenciava os interesses da insurgente república frente às etnias do Brasil e mais, segundo Lylia Galletti, representava a inserção efetiva do progresso, via a ação civilizadora sobre os índios.

Ao mesmo tempo, a Comissão descortinava os sertões mato-grossenses como uma fronteira do país, na sua dupla acepção de espaço da *barbárie* e terras novas – região abundante em recursos naturais, que ela própria encarregava-se de inventariar – a ser colonizada pela nação (Galletti, 2000:234).

Contudo, antes da política de tutela dos índios e da disciplinarização do corpo para o trabalho rural, por meio dos trabalhos do SPILTN, houve outras ações de intervenção do Estado, como mencionado acima, o que demonstra que experiências de controle das populações indígenas se acumulavam e eram difundidas oficialmente ao longo do processo de contato.

Cândido Mariano Rondon, antes de assumir a direção do Serviço de Proteção aos Índios, acumulava experiência da Comissão de Linhas Telegráficas e passou a partir de 1910, com a criação do SPI a acumular duas funções no Governo Federal, o de diretor geral da Comissão Rondon, ou melhor, da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégias do Mato Grosso ao Amazonas e também presidindo o órgão tutelar dos índios com o objetivo de localizar, pacificar e promover a civilização dos povos indígenas.

Essa dupla atividade de Rondon leva a afirmar que houve uma ação articulada das duas instituições na redefinição dos espaços geográficos do Centro Oeste e Norte do Brasil. Ao assim fazer, o sertanista contribuiu para o adensamento populacional dos sertões, com a abertura de novas frentes de colonização, mercados regionais e principalmente com a promoção da distensão dos conflitos entre colonizadores e povos indígenas – reservando terras para a especulação e expansão econômica.

Portanto, a partir da localização e contato nas territorialidades indígenas, a próxima ação era a redefinição desses espaços, com o estabelecimento de balizas e discursos cartográficos e a instalação de equipamentos e ranchos para se estabelecer as condições mínimas da pretensa «re-educação».

Essa estratégia de conquista, pacificação e redefinição geográfica em nenhum momento esteve desligada de um forte interesse econômico expansionista. Em documento, o SPI indica a eficiência deste órgão, que se apresentou como uma verdadeira lança das novas frentes de expansão:

A excelência e absoluta eficácia do processo usado pelo Serviço (SPI) para pacificar os sertões disputados por civilizados às tribos guerreiras que as ocupam desde épocas imemoriais, só lhes teríamos de responder que esse processo já havia dado idênticos resultados ao General Gomes Carneiro, o empregou em 1891 aos índios Bororos do rio das Garças, que impediam a passagem da linha telegráfica de Goiás para Cuiabá; aos Nambikuaras, que defendiam as florestas abundantes de seringueira da região do Juruena; aos Barbados, que desde tempos coloniais fechavam ao acesso dos civilizados às matas da Poaia; aos Arikunes e a dez outras nações de índios guerreiros que habitam o vasto Noroeste Mato-Grossense a partir do Planalto dos Parecis até as margens do Madeira⁵.

Rumo à exploração extrativista vegetal e mineral e concomitante com a criação de cidades e áreas rurais, as frentes de expansão foram adentrando aos territórios indígenas como se fosse terra de ninguém ou simplesmente por meio da chancela do Estado brasileiro que fazia a concessão com o propósito da colonização, restando aos grupos indígenas a redução nos postos de atração montado pelos agentes do SPI.

Entre as décadas de 1910 e 1940, identifiquei na documentação, pesquisada até o momento, três listas contendo os nomes dos postos localizados em Mato

Grosso, sendo que em 1925, um relatório da Inspeção Regional 06 apontava 18 postos e uma povoação indígena:

Utiarity, no Rio Papagaio – Juruena; Paca Novas – Rio Mamoré; Rolim de Moura – Sararé – Alto Guaporé; Três de Maio – Rio São Miguel – Baixo Guaporé; Pedro Dantas – Telles Pires – Tapajós; Fraternidade Indígena – Alto Paraguai; Simões Lopes – Paranatinga; Córrego Grande – Rio São Lourenço; Jardore – Rio São Lourenço; Quedjare – Rio São Lourenço; Povoação Indígena de São Lourenço – Alto São Lourenço; Perigára – Baixo São Lourenço; Bananal (Estrada de Ferro Noroeste); Cachoeirinha (Estrada de Ferro Noroeste); Presidente Alves de Barros – Bodoquena – Cadiús; Lalima – Estrada de Ferro Noroeste; Francisco Horta – Rio Dourados (Caiuás); Capitão Victorino – Brejão e Juina – Rio Juruena⁶.

Em outro documento de 1926, que relata os trabalhos da Inspeção do SPI em Mato Grosso, o inspetor interino Antonio Martins Viana Estigarribia declara 17 estabelecimentos do SPI (postos) e o controle de numerosas aldeias (fora deles) «que dispõem de campos próprios, estamos fundando centros de criação de bois, cavalos, cabras etc».

E no ano de 1944, aparecem na documentação 10 postos, sendo seis, com a denominação de Posto de Atração de Índios (PIA) e quatro denominados de Posto de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN).

A expansão colonizadora na fronteira oeste causou muitas transformações nas trajetórias históricas dos atores sociais envolvidos, principalmente, dos povos indígenas que tiveram que conviver em uma nova dinâmica social em uma re-configuração espacial e política, com ações disciplinares desenvolvidas pelos agentes do SPI na tentativa de moldar a geografia com as instalações dos postos de atração e de adequar os grupos indígenas aos padrões de «civilização».

De acordo com a noção de disciplinarização proposta por Foucault, a localização no espaço ocorre pelo seu quadriculamento, permitindo uma espécie de controle cartográfico, uma vez que passa a:

Estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (Foucault, 1999: 123).

À luz da reflexão do autor cria-se a necessidade de civilizar os grupos indígenas e o espaço, projeto que vai além do objetivo de vigiar, constrói-se um lugar útil diretamente ligado ao trabalho, necessário para o projeto civilizador dos gestos do indígena, que na concepção social darwinista elevava a moral, desenvolvendo as regras de convívio pautadas na disciplina. Tais práticas positivistas tinham as suas raízes na militarização do órgão gerenciador dos indígenas e também em outras instituições do Estado, entre elas, a escola.

Com a oportunidade de intensificar a abordagem antropológica, quero considerar os postos indígenas inseridos em um contexto social, político e cultural, conforme os parâmetros teórico-metodológicos de uma antropologia processualista, permitindo um diálogo interdisciplinar com a História. Aqui, os objetivos são etno-históricos, tentando fazer um exercício de tomar as fontes históricas para observar os grupos indígenas dentro dessa conjuntura de política expansionista, de como eles foram vistos, de como foram tratados e, no diálogo com essas fontes, identificar os desvios e reações desses índios, principalmente, enquanto grupo étnico, re-configurando e re-significando a sua alteridade.

Nos últimos anos, a proximidade entre os campos (Antropologia e História) vem sendo realizada com propriedade por pesquisadores tanto no campo da História quanto no campo da Antropologia, trabalhando com instrumentais emprestados e na fronteira dos campos. Buscando esta proximidade entre Antropologia e História, com o cuidado de não deixar escapar os objetivos do projeto de pesquisa, reputaremos grande importância a nossa pesquisa e aos trabalhos que abordam a política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais,⁸ bem como aos estudos antropológicos que trabalham a questão dos aldeamentos, mesmo em outros tempos históricos, como é o caso das autoras Maria Regina Celestino de Almeida com «Metamorfoses Indígenas», Marta Amoroso «Conquista do Paladar – Os Índios, o Império e as Promessas da Vida Eterna» e Izabel Missagia de Mattos «Civilização e Revolta – Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas».

Nesse processo sócio-cultural, o diálogo teórico vai considerar a concepção de cultura em Thompson em um contexto histórico que parte das experiências vividas pelos grupos sociais que estabelecem as relações, neste caso: as etnias, os agentes e trabalhadores do SPI e as frentes de expansão e colonização. Outro aporte teórico importante será João Pacheco de Oliveira

que também concebe o tempo histórico para entender as relações étnicas e de alteridade. Outro trabalho que tem iluminado a discussão é a obra de Maria Regina Celestino, «Metamorfoses Indígenas», que discorre sobre os aldeamentos no século XVI, no Rio de Janeiro e nos lança reflexões importantes, fazendo compreender que as estratégias do SPI não foram inventadas na 1ª República e sim, apenas re-configuradas das ações dos tempos coloniais no que diz respeito à pacificação e também à concepção em relação ao outro, com raízes bem consolidadas nas teorias evolucionistas.

Um dado motivador para este estudo está na afirmação de João Pacheco de Oliveira, em seu livro «Indigenismo e Territorialização» de que as áreas demarcadas em Mato Grosso, com dados levantados entre os anos de 1972 e 1982, refletem diretamente a atividade da Comissão Rondon, nos primórdios do SPI. Segundo ele, embora o número de áreas (54) demarcadas pelo SPI seja realmente elevado, a extensão total dessas terras é de menos de 300 mil ha, perfazendo uma parcela praticamente insignificante (2,4%) do total de terras indígenas já demarcadas, até o período. Esse dado confirma a eficiência da ação do SPI que estabeleceu áreas reduzidas para os grupos étnicos e conseguiu assegurar as porções de terras para as frentes de expansão (Oliveira, 1998:32 e 33).

Só que a disciplinarização do espaço não foi sinônimo de transformação do índio em trabalhador nacional, como os agentes e etnólogos do Serviço relatavam, nem, ainda, a significação da perda total de identidade étnica. Esses postos indígenas, principalmente, a partir da década de 1980, foram renomeados para reserva indígena prevalecendo no nome da reserva o nome da etnia ou de nomes representativos dos grupos indígenas presentes nessas territorialidades e muitos retomaram o processo de revitalização cultural e social em busca da recriação de suas identidades, demonstrando que as ações do SPI e depois, até mesmo da FUNAI, na década de 1970, foram insuficientes para apagar a memória sócio-cultural dessas etnias.

Este projeto de pesquisa tem a intenção de analisar as relações sociais produzidas a partir da movimentação espacial das frentes de expansão e das frentes de contato com os grupos indígenas em Mato Grosso. Interessa-nos estudar as ações que caracterizaram esse processo histórico dando visibilidade ao contato, a negociação e no que os agentes consideraram como descaracterização dos índios para uma transformação

em não índios e ainda, em caboclos, enfim, em «civilizados».

Outro objetivo, não menos importante, é acompanhar a criação de alguns postos de atração e o processo de «possível» consolidação desses postos, tendo como critérios para a priorização de um ou outro posto, a sua especificidade e características relevantes para a pesquisa. Farei aqui, o que chamo de etnografia da atração. Interessa-nos, no âmbito desta pesquisa, reconhecer e analisar os atores sociais, aqui envolvidos e as estratégias e recorrências de práticas de atração e fixação indígena dentro dessas re-espacializações de fronteira. Acredito que esse acompanhamento sistemático da documentação revelará situações etnográficas interessantes para: problematizar; fazer comparações e analisar as recorrências e demarcar as diferenças; e, ainda, nos dará condições de compor um quadro cronológico e espacial desta expansão, inclusive com informações iconocartográficas.

Nesta incursão, quero saber também da presença da Igreja Católica nos postos, já que, com a intervenção do SPI, a «catequese», nos moldes religiosos, foi em sua maioria abolida. No entanto, em dado momento e circunstâncias, entrava em cena a ação catequizadora, levantando a hipótese de que essa ação também estava articulada com o SPI a serviço da ocupação, dependendo da situação, principalmente no que se refere à resistência dos índios ao processo civilizador. Essa hipótese poderá ser verificada no posto de atração e pacificação no Vale do Guaporé com a etnia Nambikuara em que a presença colonizadora se deu com a extração da Seringa e também com a presença na década de 1930 da Companhia Jesuítica. Outra possibilidade que se mostra interessante para verificar essa relação com a Igreja Católica é por meio da etnia Xavante, sobre a qual, no levantamento da documentação do SPI, verificamos relatos significativos acerca da resistência dos índios a esta proposta de redução e reeducação. Na documentação, a tão sonhada «pacificação», desejada pelo SPI, se deu em meados da década de 40 do século XX. Neste caso verifica-se em 1937, a presença da Missão Salesiana, que conseguiu «um encontro amistoso com este gentio, que espontaneamente apareceu ao missionário aceitando e retribuindo presentes como prova de simpatia e amizade⁹».

O relatório da missão salesiana foi enviado para compor processo de subvenção da Missão entre os índios Xavante. Na carta, o Diretor da Missão Salesiana Hipolyto Chovelon argumenta em favor da missão dizendo que, o local em que os índios Xavante estão

localizados, na região do Rio das Mortes até mais de 140 léguas da sua barra com o Rio Araguaia, é uma zona riquíssima de campinas e matas, próprias para lavoura e criação de gado, mas não para servir aos índios que desejavam pacificar.

O povoamento depende tão só da pacificação dos índios Chavantes que até agora fazem o terror dos moradores das vizinhanças pelas suas correrias e ataques traiçoeiros. Daí decorrer a necessidade urgente de amparar a Missão Salesiana que já tem obtido um encontro amistoso, a fim de favorecer-lhe os meios de uma penetração mais eficaz, tendendo ao aldeamento e educação da tribo Chavante, abrindo assim esta imensa zona entre os Rios Xingu e Araguaia aos progressos de nossa civilização. É pois, obra eminentemente patriótica, e por isso não duvido que V. Excia., cujas vistas estão lançadas para este Oeste tão futuroso e de grandes reservas para o Brasil, saiba compreender o alcance desta avançada pacífica e conquistadora¹⁰.

Vários fatores eram considerados nas expedições no sertão de modo a se evitar o acirramento entre as sociedades indígenas e não-índias. Um desses fatores era que a «nova» delimitação das terras propostas, via de regra, deveria evitar a transferência de índios para terras fora da área em que tradicionalmente perambulavam. No entanto, esta concessão tinha limite: *sem, entretanto sacrificar as condições que possam concorrer para apressar a civilização e prosperidade deles*¹¹. Se os interesses ancestrais do território indígena se coadunassem com os exigidos pelo SPI (estradas, navegações e terras férteis) estavam consolidadas as primeiras bases do contato.

Ao mapear os postos e aldeias, veremos a montagem dessas instalações, os planejamentos/cartografias e também os desmontes dessas instituições, seja por falta de verba com a falência do empreendimento, seja pela dizimação dos grupos étnicos que estavam reduzidos (epidemias, fugas, motins, conflitos...) ou ainda em alguns casos mudança de lugar, ou por fusão de postos, pela reduzida população. Em documento de março de 1919, endereçado ao ministro da Agricultura, solicitando visitas assíduas aos postos e também reclamando das dificuldades de transportes na Inspeção do Serviço no Estado de Mato Grosso e do desprovimento de recursos, o inspetor aponta acentuada indecisão administrativa em relação à Povoação Indígena de São Lourenço, tida por ele como:

Importante estabelecimento agrícola em que se abrigam perto de 700 índios bororos, plantações de cereais, cana e mandioca cobrindo uma área total de 55 hectares, e em que existem incalculáveis riquezas florestais a explorar, nota-se uma acentuada indecisão administrativa: nenhuma das obras iniciadas de 1911 a 1913 teve continuação; maquinismos para beneficiamento de cereais e cana de açúcar, ainda jazem nos depósitos, desmontadas; as plantações não se alargaram, nem melhoraram, os índios não tiveram melhoria de habitações, nem, portanto, os correlatos progressos nos hábitos e modos de vida¹².

Em outro ofício, bem anterior a este, em maio de 1915, a mesma povoação já se encontrava com «problemas no seu gerenciamento». Neste caso, o encarregado contava com a mão-de-obra indígena Bororo para os trabalhos da roça, o que não foi viabilizado «por ser então a época das suas grandes caçadas». Uma hipótese que lanço para «a falta de gerenciamento», dito pelo inspetor de Mato Grosso, no ano de 1919, é na verdade, a não incorporação dos índios ao modo vida ocidental, fazendo dos seus atos, mesmo dentro da dita Povoação o seu espaço sócio-cultural. A desvios como este, estarei atenta, para pensar as relações étnicas e de alteridade de cada grupo dentro das instituições denominadas de Posto e de Povoação.

As características de uma Povoação Indígena, no caso a de São Lourenço, estão presentes no documento de orientação do SPI para a Inspetoria que traz as instruções para a devida instalação com as seguintes seções: agricultura, zootecnia e indústrias rurais. Sobre a estrutura, a sede deveria contar com:

parte urbana ou sede, escola primária, ferraria e carpintaria, depósito de máquinas e utensílios agrícolas, campo de experiência e demonstração, horta, jardim e pomar, instalação para criação de animais, instalação para apicultura e avicultura etc¹³.

Ao acompanhar essa Povoação na documentação, verifica-se que ela foi «rebaixada» para PIN São Lourenço, o que aparece em 1943, mas no ano seguinte, em 1944, não consta na lista de postos do SPI de Mato Grosso. O que aconteceu com esse e outros postos que foram desativados no período em questão? A esta pergunta, pretendo responder no estudo proposto, contudo, a exemplo do que aconteceu no Posto Fraternidade Indígena, em Barra do Bugres, verificado no trabalho de Mestrado, coloco como

hipótese a fusão de grupos indígenas em outro posto melhor estruturado, durante o que o órgão denominou de Colapso do SPI, durante 1930 a 1937, em que as verbas foram diminuídas, faltando dinheiro para a manutenção dos postos e para os aliciamentos e, lanço como hipótese, também, a não aceitação de tais projetos pelos grupos indígenas.

Outra questão a ser respondida é quem eram esses grupos indígenas presentes nesses postos de atração e pacificação. A partir da localização dos postos veremos as etnias constituídas, nos dando condições ao longo da pesquisa de quantificá-las, nomeá-las e identificar práticas do universo simbólico desses grupos e um movimento de re-significação identitária. Um documento de 1920 nos aponta isso de maneira mais evidente:

A Inspetoria estendeu muito o seu campo de ação, está em relação estreita com numerosos grupos de índios das tribos Bororos, Terenas, Quinquinaus, Cayuás, Guarany, Parecis, Cabixis, Bacahirys, Cadiuós e Guató. Quanto à estatística das responsáveis populações, não dispõe a Diretoria neste momento de elementos exatos, visto não ter sido ainda possível ao Inspetor remeter o seu relatório. Contudo, a Diretoria pode afirmar que só no Bananal há uma população avaliada em 800 índios Terenas; que os Cayuás e Guarany, do Brilhante, Ivinheima, etc. são calculados em 10.000; que os Quinquinaus aldeados em Miranda, são mais do que 300; que os Bororo do Tarigara, de São Lourenço e do Quedjara, em relações contínuas e ininterruptas com a Inspetoria, sobem a mais de 700, sendo a população total do rio São Lourenço ou rio Vermelho, avaliada em perto de 5000 almas; que os Parecis dos Postos do Utiarity e de Ponte de Pedra, são em número de 200. Quanto aos Cabixis, os Barbados e os Bacahirys não há ainda elementos para estimativa nenhuma... (...) Se a estas nações juntarmos os Nambikuaras, Kepiri-Uats, e numerosas outras encontradas e pacificadas pelo Sr. General Rondon no sertão por ele aberto à civilização no noroeste mato-grossense, não estaremos muito longe da realidade computando em mais 20 tribos¹⁴.

Nesse período em questão, alguns grupos nos saltam aos olhos pelas entradas das frentes de expansão como é o caso dos Bororo, no Rio São Lourenço, hoje cidade de Rondonópolis. Na documentação, eles aparecem

também em Jarudore (posto indígena, que ao longo da documentação desaparece e hoje é um distrito do município de Poxoréo). Os Bororo estavam também nas margens do Rio Poxoréo e na cidade de Guiratinga. Essas espacialidades, que hoje são cidades, receberam uma grande leva de imigrantes oriundos do Nordeste do Brasil atrás dos garimpos de diamantes.

Outros grupos serão evidenciados a partir da pesquisa desses documentos históricos. Essa nomeação e demarcação desses territórios darão visibilidade a aspectos negligenciados pela historiografia contemporânea, como o de não considerar essas territorialidades indígenas na história dessas cidades que foram construídas nesses espaços, concedendo o «mito» de origem na figura dos colonizadores. Os povos indígenas que ainda estão localizados em reservas dentro dos limites do município são vistos, em sua maioria, ainda como estorvo para o progresso dessas localidades. Essa conjuntura atual demonstra que há uma inversão de valores, não reconhecendo essas etnias na história desses espaços, como se elas estivessem, ali ou acolá, localizadas por uma dádiva do Estado.

Quero, a partir da pesquisa, nomear outros sujeitos dessas relações. Interessa-me saber dos agentes do SPI, em especial, dos encarregados desses postos, que foram os responsáveis pela produção da escrita de relatórios, cartas, telegramas que tinham a incumbência de registrar essa mudança no espaço. Nessa escrita será possível constatar as relações com as frentes de expansão, informando os conflitos, confrontos, comércio, entre outras relações. Os discursos e notícias produzidas sobre estas espacializações, de certa maneira ajudaram a cristalizar os clichês e bordões da República emergente. Para dar um exemplo de como o discurso produzido pelos agentes foi reproduzido, dando elementos para a construção do pensamento «nacional» e da concepção sobre o índio, segue o trecho de um relatório de 1926, endereçado ao governo interventor do Estado de Mato Grosso, Mário Correa da Costa.

Entre os elementos que devem ser levados em conta, na diminuta população mato-grossense, como ponto de partida para o seu inevitável progresso, em que pese ao preconceito de muitos patrícios nossos, figuram também os índios. Raça boa, inteligente e forte, que trouxe desde o início da nacionalidade, ao nosso povo nascente, as qualidades admiráveis que a conquista do sertão brasileiro e a luta contra os invasores puseram na maior evidência, não pode ser votada ao

extermínio, pelo assassinato, vício ou abandono¹⁵.

Entre os agentes, me interessa perceber a presença de índios como funcionários do SPI servindo como uma estratégia da atração. No trabalho do Mestrado, quando analisei o Posto Fraternidade Indígena, construído para a etnia Umutina, a partir de uma perspectiva histórica, encontrei na documentação a presença de dois índios Bororo como agentes do SPI e mediadores no processo do contato. Neste cenário, tanto esses sujeitos quanto os povos indígenas serão importantes para problematizar as teorias sobre as relações de contato. Ao tomar contato com a documentação, de antemão, são perceptíveis ações dentro dos postos que foram tidas como padrões a serem seguidos e estaremos atentos à reação dessas ações para enxergar como as transformações, aos olhos dos agentes, foram acontecendo. Em que pese às distinções étnico-culturais presentes nos postos, existiu um verdadeiro manual do contato montado e divulgado pelo SPI. Para empreender estes estudos, disponho das fontes documentais do Serviço de Proteção ao Índio em relação aos postos de atração como relatórios, instruções, cartas, ofícios, telegramas, que estão no acervo do Museu do Índio (RJ) e também no Arquivo Histórico Clara Galvão – Coordenação Geral de Documentação da FUNAI (DF), alguns outros desses documentos se encontram no Arquivo Público de Mato Grosso.

A análise do discurso presente nessa documentação será outro ponto que vou considerar na investigação dos processos de expansão. Demonstrando a concepção ocidental do outro, em que o índio era tido como «raça inferior», caracterizado pelos agentes como incapaz, selvagem, bárbaro, hostil, arredo e outros adjetivos que demonstravam a inferioridade em relação ao branco civilizado¹⁶. Esse discurso estava presente nos relatórios e instruções, como este de 1930, ao esclarecer a diferença de «índio» para o «caboclo». Segundo o SPI, depois que o «silvícola» fosse trabalhado pelos «legionários da pacificação» se transformaria em caboclo. Logo para o SPI:

«O índio é autóctone legítimo dos primitivos povoadores das nossas matas, insulado pela ignorância na selva selvagem, confundido com as feras, de que herdou a braveza. Inculto, na lata da expressão do termo, selvagem mesmo, relativamente refratário à higiene, falando dialeto próprio e especial, vivem uma brutalizada e com latente mentalidade guerreira¹⁷».

Para compreender as ações dos agentes nos postos de atração será necessário articular o local, Mato Grosso (Brasil), limitado aos territórios que deram a existência a esses postos, às políticas gerais do órgão cuja responsabilidade era gerir as questões indígenas, tendo como órgão mediador a Inspetoria Regional 06, localizada na capital mato-grossense, Cuiabá.

Notas

¹ Ata resumida de exposição sobre o Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 380. Fotografia 886.

² Nos termos de Lima, «Quando raramente freqüentou as páginas dos estudos antropológicos, o SPI apareceu na qualidade de criação pessoal e venerável de seu primeiro diretor geral, o na época tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Paradigma moderno *desbravador dos sertões*, um dos mitos incontestes da história oficial do Brasil republicano, Cândido Rondon é o patrono da arma de Comunicação do Exército, das Telecomunicações em nosso país, e primeiro brasileiro a ser apresentado enquanto candidato ao Prêmio Nobel da Paz, em 1958, objeto de inúmeras biografias encomiásticas» (Lima, 1995:11).

³ O exercício do poder tutelar implica em obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá - definição de Antonio Carlos de Souza Lima em *Um Grande Cerco de Paz*. 1995.

⁴ Este foi o projeto idealizado por Rondon para o Posto Fraternidade Indígena para abrigar índios da etnia Umutina, a partir da fundação do posto no ano de 1913.

⁵ Documento do SPI – 1918. Microfilme 380. Fotografia 1225, Museu do Índio/FUNAI-RJ.

⁶ Documento de publicação da relação dos postos e povoações mantidos pelo SPI em 1925. Microfilme 380, fotografia 822. Museu do Índio, Rio de Janeiro.

⁷ Relatório do Inspetor interino Antonio Estigarribia ao governador do estado de Mato Grosso sobre as ações do SPI nos postos localizados no Estado. Documento de 31 de maio de 1926, da Inspetoria de Mato Grosso. Pasta Ministérios – Arquivo Público de Mato Grosso.

⁸ Utilizarei referencial como o autor Antonio Carlos de Souza Lima com a publicação «Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar e Indianidade no Brasil» e ainda «O governo dos índios sob a gestão do SPI», in: Manuela Carneiro da Cunha (Org.) «História dos Índios no Brasil»; Darcy Ribeiro em «A política indigenista brasileira» e ainda João Pacheco de Oliveira Filho em «O nosso governo; os Ticuna e o regime tutelar».

⁹ Carta de apresentação, de fevereiro de 1938, endereçada ao Presidente da República Getúlio Vargas, do relatório da Missão Salesiana entre os índios

Chavantes do ano de 1937. Documento da pasta Ministérios – Arquivo Público de Mato Grosso.

¹⁰ Carta de apresentação, de fevereiro de 1938, endereçada ao Presidente da República Getúlio Vargas, do relatório da Missão Salesiana entre os índios Chavantes do ano de 1937. Documento da pasta Ministérios – Arquivo Público de Mato Grosso

¹¹ Instruções ao Inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de uma povoação indígena. Microfilme 380, fotografia 1217. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

¹² Documento ao ministro da Agricultura. Museu do Índio – Rio de Janeiro. Microfilme 380, fotografia 1605.

¹³ Documento ao ministro da Agricultura. Museu do Índio – Rio de Janeiro. Microfilme 380, fotografia 1605.

¹⁴ Relatórios das 6 Inspetorias do SPI, em 1920. Microfilme 380. Fotografia 1233, Museu do Índio/FUNAI-RJ.

¹⁵ Relatório do Inspetor interino Antonio Estigarribia ao governador do estado de Mato Grosso sobre as ações do SPI nos postos localizados no Estado. Documento de 31 de maio de 1926, da Inspetoria de Mato Grosso. Pasta Ministérios – Arquivo Público de Mato Grosso.

¹⁶ Para essa incursão, pretendo utilizar autores que enveredam nessa discussão no final do século XIX e início do XX como Lewis Morgan «A sociedade primitiva»; Lilia Moritz Schwarcz «O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil»; Thomas Skidmore «Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro».

¹⁷ Documento do Serviço de Proteção ao Índio, em 1930/31. Museu do Índio, Rio de Janeiro. Microfilme 380. Fotografia 1267.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. 2003. *Metamorfoses indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

AMOROSO, Marta Rosa. 2002. *Conquista do Paladar. Os Índios, o Império e as Promessas da Vida Eterna*. Comunicação apresentada no Seminário FUNARTE «Brasil 500 Anos. Experiência e Destino, Nação e Região».

CABRAL, Octaviano. 1963. *Histórias de uma região – Mato Grosso, fronteira Brasil-Bolívia e Rondônia*.

DIEHL, Astor Antônio. 1998. *A Cultura Historiográfica Brasileira. Do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo, Edupf.

FOUCAULT, Michel. 1999. *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes. 20ª edição

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. 2000. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas*

representações sobre Mato Grosso. Tese de Doutorado em História Social, São Paulo, USP.
LENHARO, Alcir. 1986. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30*. 2ª Ed. Campinas: Papirus/Ed. Unicamp.
LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1995. *Um Grande Cerco de Paz, Poder de Tutela, Indianidade e formação do estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

MATTOS, Izabel Missagia. 2003. *Civilização e Revolta – Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. EDUSC.
OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. *Redimensionando a Questão Indígena no Brasil: Uma Etnografia das Terras Indígenas*. Oliveira, J. P. (Org.). In: *Indigenismo e territorialização poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Contra Capa.

Estrategias de Territorialización Guaraní-Kaiowá y Mapuche en el contexto de la Formación de los Estados-Nacionales Brasileiro y Chileno: Antecedentes Descriptivos para una Investigación Comparativa¹

Territorialization Strategies of the Guaraní-Kaiowá and the Mapuche in the Context of Brazilian and Chilean Nation-Building: Frames of Reference to a Comparative Approach

Raúl Ortiz Contreras*

Resumen

El objetivo de este *paper* es ofrecer una descripción histórica consistente y original sobre las estrategias de espacialización y demarcación de territorios proyectada en la interacción de poblaciones Guaraní-Kaiowá en el contexto formativo del Estado-nacional brasileiro y de los Mapuche en el proceso de formación del Estado-nacional chileno. Nuestra hipótesis es que estos procesos no establecieron una modalidad unilateral, estática y cabalmente impositiva de delimitación espacial, siendo la propia manifestación de una identidad territorial histórica mapuche o guaraní consecuencia de sus intensas relaciones interétnicas. Esperamos que la descripción histórica de ambos procesos nos permita, en el progreso de la investigación, llegar a conclusiones e interpelaciones comparativas.

Palabras Claves: Procesos de Territorialización, Mapuche, Guaraní-Kaiowá.

Abstract

The aim of this paper is to offer a consistent and original historical description of the spatialization and the land demarcation processes projecting it onto the interaction of Guaraní-Kaiowá populations in the context of the making of the Brazilian nation-state and onto that of the Mapuche in the making of the Chilean nation-state. Our hypothesis is that these processes did not establish a unilateral, static nor exactly imposing mode of spatial delimitation. The very manifestation of a historical territorial identity being a consequence of their intense interethnic relations. We hope that the historical description of both these processes will allow us, in the course of the research, to get to comparative conclusions and questionings.

Keywords: Territorialization Processes, Mapuche, Guaraní-Kaiowá.

* Antropólogo UACH, Chile – Estudiante de Mestrado PPGAS UNICAMP, Brasil. vrortiz@unicamp.br